

DISCURSO, PODER E MEMÓRIA: UMA ARQUEGENEALOGIA DA PRODUÇÃO LITERÁRIA DA AÇORIANIDADE EM SANTA CATARINA

DISCOURSE, POWER AND MEMORY: AN ARCHAEOGENEALOGY OF THE LITERARY PRODUCTION OF AZOREAN IDENTITY IN SANTA CATARINA

DISCURSO, PODER Y MEMORIA: UNA ARQUEGENEALOGÍA DE LA PRODUCCIÓN LITERARIA DE LA IDENTIDAD AZOREANA EN SANTA CATARINA

André Marcos Vieira Soltau¹, José Isaias Venera², Taiza Mara Rauen Moraes³

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4491

Recibido: 02/01/2026 | Aceptado: 26/01/2026 | Publicación en línea: 05/02/2026.

RESUMO

O artigo analisa a literatura regional catarinense (1930–1950) como dispositivo discursivo na construção da identidade açoriana, articulando oralidade, memória e poder em sintonia com o nacionalismo do Estado Novo. A partir de *Homens e Algas*, de Othon Gama D’Eça, evidencia-se o papel da literatura na mediação simbólica entre norma e diferença. A abordagem é qualitativa e o método é a arque-genealogia, na perspectiva de Michel Foucault. A política linguística, representada por Serafim da Silva Neto, impõe o ensino da língua portuguesa “pura” como instrumento de unidade e controle identitário. Com base em Foucault, Deleuze, Hall e Bhabha, a pesquisa revela tensões entre ensino da língua, normatividade e subjetividades regionais.

Palavras-chave: Açorianidade. Literatura Regional. Dispositivos. Práticas Discursivas.

ABSTRACT

This article analyzes regional literature from Santa Catarina (1930–1950) as a discursive apparatus in the construction of Azorean identity, articulating orality, memory, and power in alignment with the nationalism of the Estado Novo regime. Drawing on *Homens e Algas* by Othon Gama D’Eça, the study highlights the role of literature in the symbolic mediation between norm and difference. Language policy, represented by Serafim da Silva Neto, enforces the teaching of “pure” Portuguese as an instrument of unity and identity control. Based on the theoretical frameworks of Foucault, Deleuze, Hall, and Bhabha, the research reveals tensions among language instruction, normativity, and regional subjectivities.

Keywords: Azorean Identity. Regional Literature. *Dispositifs*. Discursive Practices.

¹ Doutorando em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: soltauandre@gmail.com

² Doutor em Ciência da Linguagem, Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: j.i.venera@gmail.com

³ Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: moraes.taiza@gmail.com

RESUMEN

Este artículo analiza la literatura regional de Santa Catarina (1930-1950) como dispositivo discursivo en la construcción de la identidad azoriana, articulando la oralidad, la memoria y el poder en consonancia con el nacionalismo del Estado Novo. Partiendo de **Homens e Algas** de Othon Gama D'Eça, se destaca el papel de la literatura en la mediación simbólica entre norma y diferencia. El enfoque es cualitativo y el método, arqueogenealógico, desde la perspectiva de Michel Foucault. La política lingüística, representada por Serafim da Silva Neto, impone la enseñanza del portugués "puro" como instrumento de unidad y control de la identidad. Basándose en Foucault, Deleuze, Hall y Bhabha, la investigación revela tensiones entre la enseñanza de la lengua, la normatividad y las subjetividades regionales.

Palabras clave: Identidad Azoriana. Literatura Regional. Dispositivos. Prácticas Discursivas.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

DO SILÊNCIO À ENUNCIÇÃO: ORALIDADE, PODER E LITERATURA

Entre as décadas 30 e 50 do século XX, a literatura regional catarinense está dentro de um campo discursivo que atuou, fundamentalmente, na construção de sentidos identitários que operam como um dispositivo – no sentido foucaultiano – que articulam práticas, regimes de verdades e saberes que afirmam a identidade açoriana. As narrativas literárias do período constituem práticas de subjetivação que corroboram com as discussões nacionais em torno da construção daquilo que deveria ser “autenticamente” brasileiro a partir das realidades regionais.

Emerge, portanto, uma construção discursiva assegurada em elementos da memória coletiva, da variação linguística falada e dos vínculos históricos e territoriais. Daquilo, que nos anos seguintes, passa a ser chamada de “açorianidade”. Essa construção discursiva trata-se de um processo de enunciação que define quais são os traços culturais percebidos como distintos, tais como costumes, rituais de fé, culinária, práticas pesqueiras e os modos de fala ao mesmo tempo em que os reposiciona em uma narrativa de pertencimento compatível com o projeto de brasilidade em curso durante o Estado Novo (1937- 1945). O discurso sobre a açorianidade torna-se capaz de estabilizar as múltiplas camadas de pertencimento que coexistem no litoral de Santa Catarina.

Desenvolve-se uma abordagem teórica que questiona a noção de identidades fixas, origem e tradição. Entre os autores, Michel Foucault (2006), Gilles Deleuze & Félix Guattari (1995),

Suart Hall (2003), Homi Bhabha (1998) e Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2009) possibilitam a construção de uma análise voltada à literatura regional como prática de enunciação e produção de subjetividades. Com base em Foucault (2006b), entendemos o conceito de dispositivo como uma rede heterogênea de saberes, discursos, instituições e práticas que se articulam em torno de estratégias de poder e produção de verdade. A partir dessa perspectiva, analisamos a produção literária como uma prática discursiva que participa da constituição de regimes de verdade e da construção de uma identidade para o estado de Santa Catarina.

Há uma publicação específica que nos serve de análise quando coloca em tensão a oralidade dos moradores litorâneos com a escrita presente na literatura do período. A obra *Homens e Alga*⁴ de Othon Gama D'Eça (2008), nos coloca em contato com a memória afetiva das comunidades pesqueiras e os imperativos da nacionalidade. A obra tem como tema a vida dos pescadores do litoral catarinense, mas, sobretudo, leva para a narrativa literária seus modos de fala com traços fonéticos marcantes. E, ao levar essa variação linguística para a narrativa literária, D'Eça (2008) – longe de fazer um registro etnográfico da fala – revela um embate complexo entre a oralidade e o discurso de poder. A literatura ganha outras nuances em um campo de disputa que diz o que pode ser dito, lembrado ou esquecido.

A escolha da obra e autor que compõem o corpus desta pesquisa se justifica pela representatividade que possuem na construção simbólica da açorianidade catarinense. Os textos de D'Eça não apenas tematizam a cultura litorânea, mas incorporam/criam marcas linguísticas, sintáticas e lexicais da fala regional, além de elementos da vida cotidiana, do imaginário e da paisagem costeira. Tal corpus possibilita identificar as estratégias literárias e discursivas que tensionam ou negociam com os processos de nacionalização, homogeneização e apagamento das diferenças promovidas sobretudo durante o Estado Novo.

A literatura regional catarinense, aqui tratada como dispositivo de construção identitária, vale-se também da concepção de língua vigente no período em estudo. Para tanto, fizemos a leitura da obra do filólogo Serafim da Silva Neto (1963) denominada *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* com sua primeira edição em 1950. Em sua obra normativa, sustenta que: “A língua portuguesa, como elemento de unidade nacional, deve ser ensinada e cultivada em sua forma mais pura, preservando-se das influências regionais que possam desvirtuá-la” (Silva Neto, 1963, p. 15).

⁴ A primeira edição da obra *Homens e Algas*, de Othon d'Eça, foi publicada em 1957. A obra, que consiste em contos, foi escrita durante anos, tendo sido iniciada nos anos 1920.

A obra – quer pelo lugar ocupado pelo autor, quer pelo selo editorial que o livro carrega (Instituto Nacional do Livro/ MEC) – é uma prescritiva que foi importante para a política de nacionalização do Estado Novo de Getúlio Vargas. A abordagem do autor recusa a ideia de “pureza” da língua, colocando os regionalismos como uma invenção identitária.

Nesse sentido, a oposição entre a proposta de Serafim da Silva Nero, defensor de uma norma linguística unificadora como base para a identidade brasileira, e as manifestações literárias regionais que preservam marcas da oralidade local, se tornam bastante intrigantes. O projeto normativo de Silva Neto (1963) pode ser compreendido, em diálogo com pensamento de Foucault (2006b), como um dispositivo de poder que busca constituir indivíduos nacionais por meio da padronização da linguagem. O que está em jogo é uma disputa pelos regimes de enunciação válidos, em que certos modos de falar e narrar são deslegitimados em nome de uma suposta unidade cultural.

Aqui nos cabe a pergunta que moveu essa pesquisa: Como o discurso de açorianidade foi construído – especificamente no campo literário – em um momento histórico marcado pelo projeto de unificação nacional, que almejava o silenciamento das diferenças regionais? Uma das hipóteses que orienta este estudo é a de que a literatura produzida no litoral catarinense – especialmente na primeira metade do Século XX – se serviu do projeto nacional para “inventar” a identidade açoriana, operando uma trama discursiva que atravessa diferentes instituições – constituindo o Dispositivo Estadual de Açorianidade – para reescrever/inventar a história, produzindo, ao mesmo tempo, o silenciamento de outras etnias que habitavam a região.

Assim sendo, a questão principal que orienta essa pesquisa pode ser assim formulada: Como a literatura regional catarinense participa na “invenção” de uma identidade açoriana?⁵ A partir dessa pergunta definimos o objetivo: Analisar os discursos identitários na literatura regional catarinense entre os anos 30 e 50 do século XX, sobretudo na obra *Homens e Algas*, de Othon Gama D’Eça (2008).

Analisa-se a identidade na literatura regional catarinense a partir das condições de possibilidade de enunciados e seus efeitos de verdade a partir da noção de discurso (Foucault, 1996). Contribuem à análise a noção de cultura em Hall (2003), Bhabha (1998) e a articulação de Albuquerque Jr. (2009) na abordagem sobre a invenção do nordeste. São autores que contribuem para a análise das disputas simbólicas em torno da identidade e da memória.

⁵ Para Durval Muniz de Albuquerque (2007), o conceito de “invenção da história” não se refere à falsificação de eventos históricos, mas sim à ideia de que o passado não se apresenta ao historiador de forma passiva, mas é construído e reinterpretado através do olhar do historiador e do seu contexto.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise textual e discursiva das obras literárias que compõem o *corpus* representativo da literatura regional catarinense, particularmente aquelas que tematizam ou expressam elementos da identidade açoriana. A análise textual, entendida não apenas como observações das estruturas narrativas, mas também como práticas discursivas situadas, permite articular as formas literárias ao modo de enunciação que as produzem e às condições históricas e culturais que as atravessam. Nesse sentido, o texto literário é aqui compreendido como um campo de forças em que atuam saberes, poderes e subjetividades.

Para abordar a complexidade da construção identitária na literatura regional, adota-se como eixo metodológico a **arqueogenealogia**, conforme delineada por Michel Foucault (2006a). Essa abordagem possibilita problematizar os regimes de verdade que atravessam os discursos literários, evidenciando as práticas discursivas e não discursivas que constituem modos de subjetivação historicamente situados. A arqueogenealogia não busca apreender essências ou totalizações, mas desvelar as condições históricas de emergência dos discursos, suas descontinuidades, rupturas e os jogos de poder-saber que os sustentam.

A partir do entrelaçamento entre arqueologia e genealogia, a análise volta-se para os enunciados que organizam o campo discursivo da literatura regional, interrogando não apenas o que é dito, mas também o que é silenciado, o que é possível dizer em determinados momentos e o que é excluído como não verdadeiro, não legítimo ou não literário. Nesse sentido, a literatura é tomada como um espaço estratégico onde se operam relações de poder, onde subjetividades são moldadas e identidades são produzidas, negociadas e, muitas vezes, naturalizadas.

A arqueogenealogia permite, assim, acompanhar os deslocamentos e as transformações nos modos de produção de subjetividade na literatura regional, identificando como determinados discursos ganham legitimidade e se consolidam como expressões autênticas de uma identidade coletiva, ao passo que outros são marginalizados. Ao investigar os vestígios discursivos — documentos oficiais, obras literárias, imagens, relatos, símbolos e instituições — a análise arqueogenealógica torna visível a historicidade das construções identitárias e os dispositivos que sustentam sua eficácia simbólica.

A arqueogenealogia une a arqueologia (ser-saber) e a genealogia (saber-poder). A arqueologia, segundo Foucault (2006a), caracteriza-se em uma metodologia para investigar as descontinuidades históricas, ou seja, como em determinado período quias são as condições de possibilidade para o surgimento de um discurso. A genealogia (Foucault, 1988) é o método que

se concentra nas análises das relações de poder e saber. Assim, as identidades, os saberes e os modos de subjetivação são produzidos por relações de poder-saber que operam em dispositivos específicos (Foucault, 1988). Nessa perspectiva, a literatura regional é analisada como um dispositivo, isto é, como uma rede heterogênea de práticas, instituições, normas e saberes que produzem efeitos de verdade sobre uma cultura que afirma-se açoriana em Santa Catarina, configurando modos de pertencimento, formas de memórias e representações.

Portanto, ao adotar uma metodologia arqueogenealógica, esta pesquisa propõe-se a mapear as linhas de força, os agenciamentos estéticos e os dispositivos discursivos que inventam a identidade açoriana na literatura regional catarinense.

A escolha da obra que articulam oralidade, paisagem e memória permite não apenas problematizar os modos de subjetivação impostos pelo projeto nacionalista, mas também afirmar a potência das diferenças locais na construção de uma cultura plural e polifônica. Aqui, no caso, uma cultura que é desterritorializada para servir aos interesses hegemônicos do Estado Novo.

Nesse processo, é importante observar que a oralidade emerge como uma dimensão fundamental para os estudos. Os trabalhos de Walter Ong (1988) e Paul Zumthor (1993) fornecem a base para compreender a oralidade não como uma etapa anterior ou inferior à escrita, mas como de organização cultural dotado de complexidade própria, operando como matriz de memória coletiva e pertencimento simbólico. Zumthor (1993), ao destacar a performatividade da palavra oral contribui para entendermos como a tradição oral açoriana se mantém viva mesmo quando transposta à palavra escrita, criando um terceiro modo de expressão que está entre a oralidade e a literatura. Questiona-se, assim, a hierarquia entre a fala e a escrita considerando-se que toda forma de linguagem está imersa em silêncios e enunciados.

O texto que segue está organizado da seguinte maneira: após essa breve introdução, apresentamos os fundamentos teóricos utilizados para uma análise dos dispositivos estaduais de açorianidade. No terceiro momento, aprofundamos a leitura do livro *Homens e Algas* enfocando na construção da paisagem linguística e subjetiva. E finalizamos o texto com uma pequena síntese do estudo com apontamentos de possíveis pesquisas futuras.

DO TEXTO AO TERRITÓRIO: A IDENTIDADE REGIONAL COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

A literatura regional catarinense, aqui pensada em sua força simbólica e historicamente

situada, é parte de uma rede de dispositivos que constroem uma identidade coletiva no contexto discursivo da formação de uma identidade cultural homogênea. Alguns autores são importantes para essa análise. Indiquemos aqui autores como Antônio Cândido (2000), João Luís Lafetá (2004) e Regina Zilberman (1985) que dedicaram suas pesquisas para a análise das diversas regionalidades da literatura que articulam as características específicas das regiões brasileiras com o contexto nacional valendo-se muito bem da mediação entre as formas estéticas do texto literário com as expressões socioculturais. Segundo Cândido (2000) a literatura, além de documentar aspectos da vida regional, elabora uma consciência crítica de pertencimento com sua capacidade em tratar de temas e experiências singulares com um alcance simbólico muito mais amplo.

Em sua obra, Cândido, cuja primeira edição é de 1965, aponta que a literatura não deve ser vista como um conjunto de textos, mas como um sistema que interage com a sociedade. O autor destaca que a relação entre literatura e sociedade deve ser considerada já que a produção literária é distribuída e consumida produzindo, certamente, uma força discursiva na cultura. Nomes da literatura regional catarinense, como Othon Gama D'Eça e Almiro Caldeira ocuparam cargos públicos e foram membros ativos da Academia Catarinense de Letras. Ou seja, o efeito de suas publicações na cultura do Estado devem ser levados em consideração e fazem parte de uma rede de dispositivos que reafirmam uma identidade específica.

No entanto, a produção dos escritores catarinenses indicados acima contrasta com as perspectivas normativas da língua como encontramos na obra de Serafim da Silva Neto (1963) que dá ênfase na língua portuguesa como instrumento de unidade nacional. Diz o autor em sua obra:

Essa língua-padrão brasileira, a que já se chamou, depreciativamente, “língua dos doutôres” é que representa melhor as tradições de nossa gente. Decerto esse falar-padrão há de ser constantemente vivificado pela linguagem falada, e isso não é senão o destino das grandes línguas de cultura (Silva Neto, 1963, p 100).

Desnecessário dizer que Silva Neto (1963) deixa explícita a política linguística de padronização da língua na construção de uma única identidade para o país. Essa perspectiva soma-se à política e ideais do Estado Novo (1937 - 1945), que silenciava as diferenças regionais em nome de uma identidade unificada. O discurso de Silva Neto (1963) contribui para o silenciamento de variações linguísticas que, em diálogo com os estudos de Foucault (2008), podemos indicar como práticas de poder e normalização discursiva. Segundo Foucault (2008), o

conceito de normalização social pode ser compreendido como um sistema de intervalos mensuráveis que tem por objetivos qualificar, classificar, avaliar e hierarquizar o indivíduo para que possa ser controlado pelos dispositivos de segurança como meio de garantir sua efetividade e estabilidade social. Michel Foucault (2008) questiona a identidade – enquanto essência – e a compreende como um efeito discursivo, não como essência pré-existente. A identidade é apresentada por esse autor como resultado contingente de práticas discursivas que, por meio de dispositivos, regulam o que pode ser dito, sentido ou vivido (Foucault, 2008). A literatura produzida por D’Eça (2008) designa um conjunto de práticas e saberes que “inventam” a tradição açoriana. Na obra *Homens e Algas*, o autor cria, na ficção, uma representação do litoral catarinense que produz regimes de visibilidade sobre a cultura açoriana. A literatura é, portanto, um dispositivo que interage com outros dispositivos produzindo efeito de verdade, neste caso, a verdade sobre o homem do litoral catarinense.

Os autores Deleuze & Guattari (1995) ampliam o debate sobre o tema quando desenvolvem os conceitos de desterritorialização e reterritorialização aqui colocadas em diálogo com o conceito dos mesmos autores denominado *Máquinas literárias*. A literatura, para os pensadores, é um sistema de criação e expressão, não apenas representação. O texto literário é uma máquina que conecta fluxos de desejos, linguagem e espaço, o que contribui para a emergência de modos de subjetivação. A obra de D’Eça (2008), quando narra a identidade açoriana se valendo de enredos em contos que tematizam a oralidade, o mar e a memória aparece como efeito dessa máquina discursiva deixando à mostra sua constituição “inventiva” e política quando voltamos ao lugar de fala do próprio autor⁶. Como afirmam Deleuze & Guattari (1995, p. 15):

A literatura é um agenciamento. Ela não é um saber nem uma reflexão, ela é a produção de enunciações, ou seja, de desejos, de agenciamentos desejantes, em relação com fluxos materiais, semióticos e sociais. [...] A escrita é inseparável de processos de desterritorialização.

A literatura de D’Eça (2008) se acopla aos agenciamentos coletivos de enunciação que integram o projeto de nacionalização do país. A invenção da açorianidade é também a produção desejante a partir de uma identidade enunciada. Essa abordagem compreende a identidade

⁶ Othon da Gama Lobo D’Eça (1892-1965), figura importante no cenário político, social, literário e cultural de Santa Catarina. Ocupou diversos cargos públicos, como Secretário de Segurança Pública, Juiz de Direito, professor da Faculdade de Direito e chefe provincial da Ação Integralista Brasileira. Foi, por muitos anos, presidente da Academia Catarinense de Letras, participando inclusive na sua fundação.

cultural não como uma entidade estável ou essencial, mas como uma construção discursiva em constante processo de negociação e reinscrição. Longe de representar um núcleo fixo ou uma origem imutável, a identidade emerge como efeito de práticas enunciativas situadas, continuamente tensionadas por deslocamentos, rearticulações e cruzamentos simbólicos. Trata-se de uma posição produzida nas condições de possibilidade do discurso, marcada por sua incompletude constitutiva e por sua abertura ao devir.

Nesse processo, a constituição do sujeito se dá por meio da repetição performativa de normas sociais, que não apenas regulam a expressão identitária, mas também a instituem como tal. A identidade, nesse contexto, não antecede os atos que a manifestam; ela é forjada justamente através deles, reiterando dispositivos normativos que operam como critérios de inteligibilidade cultural.

Ao considerar as dinâmicas de fronteira e os entre-lugares em que essas identidades se produzem, reconhece-se a força desestabilizadora das hibridizações, que questionam as dicotomias clássicas entre centro e periferia, tradição e inovação. O hibridismo não apaga os traços anteriores, mas reinscreve seus sentidos em novas configurações espaço-temporais, deslocando as categorias fixas de pertencimento.

Nesse sentido, a açorianidade é compreendida não como uma essência a ser desvelada, mas como uma narrativa histórica produzida no interior de disputas simbólicas e políticas. Longe de ser uma identidade originária e estável, ela se constitui como território em disputa, sujeito a reescritas constantes, atravessada por forças que ora a fixam, ora a reconfiguram, no entrecruzamento de memórias, discursos e regimes de representação.

Para o estudo da relação entre oralidade e palavra escrita como uma dimensão fundamental na literatura regional do período em estudo buscamos um diálogo com autores como Paul Zumthor (1997) e Walter Ong (1988) que focam em estudos da cultura da oralidade compreendendo-a como um modo de pertencimento e transmissão da memória coletiva. Para Ong (1988, p. 41), “a oralidade primária é o modo de expressão mais íntimo e comunitário, onde o saber é partilhado e memorizado em fórmulas, provérbios e histórias, antes da escrita tornar-se um filtro do pensamento”. Já Zumthor (1997, p. 23) ressalta que a voz, na poesia oral, “inscreve o corpo no texto e o texto no tempo: a oralidade é o acontecimento de uma presença”, indicando que a oralidade está ligada não apenas ao conteúdo narrado, mas ao gesto performativo de quem narra e à escuta compartilhada. Argumento que se aproxima do conceito de Oratura⁷.

⁷ Ainda que o sentido do termo oratura seja um fenômeno anterior ao aparecimento da literatura, o conceito em si

No contexto espacial do litoral catarinense, marcado pela descendência açoriana em comunidades pesqueiras, a fala apresenta-se em uma variação destacada com frases, ditos e palavras que são próprias da história local. Como observa Certeau (1994), a tradição oral está longe de ser um processo antes da escrita, é uma tática cultural que dá, ao morador dessas comunidades, um sentido de pertencimento e/ou orgulho de ser, falar, viver conforme a cultura local estabeleceu as relações. Para Certeau (1994, p. 205), “as histórias orais mantêm-se como práticas de lugares; articulam espaços, são um modo de existência para um corpo social”.

Derrida (1995) problematiza a hierarquia entre fala e escrita tão presente na história dos povos ocidentais deixando à mostra que o sistema de significações está profundamente marcado por ausências e silenciamentos: “A escrita não é representação da linguagem. Ela é a condição de sua possibilidade” (Derrida, 1995, p. 31). O autor desconstrói a ideia de que a fala é uma presença plena do sentido. O que ele nos provoca é que tanto a oralidade quanto a palavra escrita estão envoltas em um jogo de diferenças em que o significado nunca está plenamente presente, mas sempre é passível ser deslocado.

Com Derrida (1995) observamos a importância de não se incorrer no risco de usar a palavra escrita como referência – como uma cultura grafocêntrica – em detrimento da cultura da palavra dita. Deixemos explícita a preocupação com o caráter efêmero da oralidade e do efeito impositivo da palavra escrita⁸.

A análise neste artigo é sobre a literatura regional como um campo tensionado por diferentes regimes de linguagem, memória e territorialidade. De um lado, a produção literária – concentrando-se na obra de Othon Gama D’Eça (2008) – que busca fixar e normatizar as identidades locais em sintonia com um projeto nacional do Estado Novo, de Getúlio Vargas; por outro lado, a oralidade que funciona como um rastro de memória coletiva passível de ser reterritorializada no campo do folclórico, do turístico, do humor.

Maurice Halbwachs (2006) apresenta a memória coletiva como fundação simbólica da identidade social definida no espaço, em narrativas e em marcos afetivos compartilhados. Para o autor, “é no espaço que os grupos realizam sua memória. É a fixação da lembrança no espaço que permite ao grupo reconhecer-se como tal e manter sua coesão” (Halbwachs, 2006, p. 157). A evocação de personagens, lugares e modos de falar nos textos literários regionais pode, portanto,

surge como uma proposta de demarcação desta e uma afirmação da sua diferença. A categoria foi proposta pelo linguista ugandês Pio Zirimu, na década de 1960, e a partir desta data passou a ser divulgada, nas universidades de Makerere, em substituição da literatura oral, na qual persistia, subjacente, o primado da escrita. (cf <https://alice.ces.uc.pt/>).

⁸ Sobre esse assunto, ver Daher (2018).

ser lida como prática de rememoração e territorialização simbólica.

A memória coletiva constitui um dos vetores centrais na produção das identidades sociais, não apenas como repositório de lembranças partilhadas, mas como matriz simbólica que territorializa afetos, práticas e sentidos no espaço social. A literatura regional, ao mobilizar personagens, modos de falar, imagens do cotidiano e cenários localizados, funciona como tecnologia discursiva de rememoração, isto é, como uma prática que reinscreve e estabiliza determinadas narrativas no campo da memória social. Essa fixação de lembranças em marcos espaciais e culturais não se dá de forma neutra ou desinteressada: ela opera como efeito de dispositivos que organizam o campo da visibilidade, do dizível e do pensável, delimitando quais memórias são legitimadas como identidade e quais são silenciadas ou relegadas à margem da representação.

No contexto da literatura produzida em Santa Catarina entre as décadas de 1930 e 1950, essa operação de rememoração simbólica está diretamente articulada à normatividade discursiva imposta pelo nacionalismo do Estado Novo. O texto literário torna-se, nesse processo, um agenciamento enunciativo que conjuga memória e poder, ao selecionar e organizar os elementos que devem compor o imaginário de pertencimento regional, em consonância com o projeto de homogeneização identitária do Estado-nação. A narrativa da açorianidade, por exemplo, é performada e reiterada através de evocações recorrentes do mar, da pesca, da oralidade popular e da religiosidade, compondo uma paisagem simbólica que estabiliza um "nós" coletivo, ao mesmo tempo em que produz o efeito de autenticidade cultural.

Do ponto de vista foucaultiano, essa dinâmica revela o funcionamento do dispositivo literário na constituição das subjetividades locais. A memória, longe de ser um mero resíduo afetivo ou individual, assume o estatuto de uma prática discursiva regulada, que contribui para o ordenamento das experiências sociais e a normalização das formas de ser e pertencer. O espaço, nesse sentido, não é apenas o cenário da memória, mas sua condição de possibilidade: é no espaço narrado – seja ele o litoral, o vilarejo ou o corpo do pescador – que o discurso literário inscreve as coordenadas de uma identidade coletiva, territorializando-a como verdade histórica e afetiva.

Essa territorialização simbólica da memória não é, contudo, um processo conclusivo ou incontestado. Como construção discursiva, ela permanece vulnerável à reinterpretação, à contestação e à reterritorialização. É nesse ponto que o texto literário se torna também um campo de tensão: entre o desejo de fixar identidades estáveis e a emergência de vozes

dissonantes, entre o memorialismo oficial e os rastros da diferença. A literatura regional, ao mesmo tempo em que reforça uma tradição cultural, deixa entrever suas fissuras internas – espaços de resistência, ambivalência e reconfiguração identitária.

Dessa forma, o recurso à memória nos textos literários regionais deve ser compreendido como uma estratégia discursiva que atua na constituição da açorianidade não como essência pré-existente, mas como efeito de práticas enunciativas, territorializadas e historicamente situadas. É nesse entrelaçamento entre discurso, espaço e memória que o dispositivo literário revela sua potência normativa e inventiva, operando no cerne das disputas simbólicas pela definição do pertencimento cultural.

Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2009) compreende que a identidade regional é uma invenção histórica e política. Sua abordagem, que segue a perspectiva foucaultiana, contribui para a problematização da açorianidade. Para esse autor, a expressão “nordestinidade” – e por extensão “açorianidade” – são discursos forjados por forças sociais que buscam inscrever um sentido de autenticidade quando podemos apontar rupturas e disputas políticas. Para Albuquerque Jr. (2009, p. 32), “a nordestinidade é um discurso que se produz, se reproduz, se institui em meio a relações de poder, a interesses diversos e conflitantes, a tensões e negociações”.

Por meio da literatura podemos identificar como se opera o dispositivo que produz, discursivamente, a identidade regional, naturalizando uma origem que se torna visível em modos de fala, rituais de fé, festas religiosas ou hábitos sociais. Mas também é na literatura que encontramos pistas para desmontar essas naturalizações, pois, como afirma o autor, “as identidades são construções históricas, são produtos culturais, e não essências naturais” (Albuquerque Jr., 2009, p. 15).

Portanto, ao colocarmos em diálogo alguns argumentos da crítica literária e dos estudos sobre discurso e dispositivos, o presente texto nos provoca a uma leitura da literatura regional como um território de construção discursiva de uma identidade açoriana – longe de ser a essência catarinense – como efeito histórico, performativo e territorializado. Ou talvez como uma dobra entre o mar e a memória⁹.

⁹ Segundo Deleuze (2009) que utiliza a dobra para analisar o poder, mostrando como ele se manifesta de forma dinâmica e flexível, através de processos de dobrar e desdobrar. Aborda a relação entre a dobra e a subjetividade, explorando como a dobra pode gerar novas formas de experiência e de compreensão do mundo.

ENTRE O MAR E A MEMÓRIA: A PERFORMANCE DA AÇORIANIDADE EM D'EÇA

Por meio da palavra escrita disputam-se formas de dizer e de existir. A literatura não apenas registra a realidade, mas a molda, tensiona os modos de ver, de lembrar e de pertencer. Falar de literatura, falar de língua é falar de escolha política. A palavra escrita não é neutra. Ela constitui uma arena de embates simbólicos de onde emergem vozes e instaura-se silêncios. Com a palavra, desenha-se fronteiras de pertencimentos, cria-se identidade e há uma profunda seleção de memórias. O texto literário torna-se, assim, um espaço de lutas. Quem pode falar? Em nome de quem? A partir de qual lugar?

Como afirma Foucault (1988, p. 189), “os discursos não são simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, e pelo que, se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. A literatura não apenas reflete o mundo, mas disputa o regime de visibilidade ou invisibilidade dos sujeitos. Ela, a literatura, não é apenas uma representação do real, ela o fabrica discursivamente, com todos os efeitos de verdade que essa fabricação acarreta. O autor, ao escrever, define cortes, faz escolhas, utiliza-se de estratégias de visibilidade e de apagamentos. O texto escrito produz efeito de verdade ao selecionar o que merece ser narrado, cristalizando formas de vida enquanto relega outros ao não-dito.

Em sua obra *Homens e Algas*, D'Eça (2008) atua por meio de uma narrativa identitária quando constrói personagens que, embora inseridos no cotidiano do litoral catarinense, operam como figuras-síntese de uma identidade açoriana idealizada. Assim diz D'Eça (2008.p.41):

Saíra para o mar havia cinco dias, à savelha, com os dois filhos pequenos: um no lembe e outro no remo, como era do seu costume quando tarrafeava. Desabou um vento sul, um sũo pesado, de quebrar telhas, escurecendo a barra e cobrindo as montanhas – e apenas os dois meninos se salvaram, por milagre, louvada seja Nossa Senhora, mãe dos homens.

Trata-se de uma literatura comprometida com um projeto de reconfiguração cultural que, na política do Estado Novo, procura consolidar imagens regionais compatíveis com a noção de uma brasilidade ordenada, branca, religiosa e com uma origem reconhecidamente portuguesa.

Encontramos, nos estudos de Giralda Seyferth (1982) sobre o Estado Novo, instrumentos que reforçam as identidades regionais voltando-se para uma narrativa nacional homogênea. Em sua obra, a autora analisa como o Estado Novo promoveu uma política de nacionalização que procurava modos (autoritários) de integrar diferenças étnicas à desejada identidade com uma imagem idealizada de brasilidade que estava próxima da origem portuguesa e religiosidade

católica enquanto reprimia outras manifestações culturais.

As pesquisas de Seyferth (1982) oferecem uma base teórica para compreendermos obras literárias do período, como *Homens e Algas*. D'Eça (2008) – membro da Academia Catarinense de Letras, envolvido com princípios do Integralismo de Plínio Salgado e político reconhecido em sua vida na administração pública – certamente, soma com a narrativa oficial do Estado Novo que flertava com os pensamentos fascistas internacionais.

Nesse campo de disputas simbólicas, a literatura é o campo de batalha. Nela, e por meio dela, são autorizadas vozes – o pescador, a devota, o policial, a mulher benzedeira – e silenciam outras, sobretudo aquelas que escapam ao modelo do “açoriano típico”. Tal modelo se ancora em uma tradição inventada que seleciona traços da cultura luso-açoriana e os transforma em signos de autenticidade regional (Severino, 1999).

Temos aqui, portanto, uma operação de patrimonialização discursiva que promove uma identidade, ao mesmo tempo, singular e domesticada, suficientemente exótica para ser celebrada, mas suficientemente obediente para ser normatizada.

Na obra de D'Eça (2008) temos enunciados que validam algumas formas de vida – o homem do mar, a fé popular, o trabalho honesto – ao passo que ignoram ou silenciam outras que destoam da lógica de representação que deseja exaltar: as mulheres transgressoras, os corpos racializados, os saberes desviantes. O autor reafirma o homem trabalhador e temente a Deus, uma mulher trabalhadora e fiel aos costumes de família e de fé. No trecho que segue D'Eça (2008, p.115) nos fala dessa forma de vida que respalda a sociedade tão almejada e aponta símbolos de *desvios*:

Todo aquele domingo, desde depois da missa, o foguete estalara no céu claro; um *negro de paletó encarnado* anunciava o ato, soprando num grande funil de latão. A casa se encheu. Uma *rapariga sardenta, de cabelos de milho corpete de seda estalando nos peitos marcados de lantejoulas*, abria os braços: em torno dela zuniam as facas douradas, que assustavam a assistência e ficavam oscilando na parede de tábua. (Grifos nossos)

Há, no jogo da linguagem, uma consagração identitária. Seguindo os argumentos de Hall (2003), essa consagração não é natural nem estática, mas é performativa e histórica: “A identidade é produzida nas representações culturais. Não é já dada, mas construída e continuamente redesenhada no tempo e no espaço” (Hall, 2003, p. 13).

Nesse argumento, tomemos como exemplo o pescador – personagem recorrente na obra de D'Eça – que foi colocado na condição de arquétipo identitário: “Bem que os conheço a todos eles, esses homens encardidos de babugem, de mãos duras e dedos picados pelos espinhéis,

cheirando a lodo e alcatrão. Sei de suas canseiras, do seu abandono e suas desesperanças em remédio.”(D’Eça. 2008. p. 18) De qual pescador o autor está falando? Quais são os traços da comunidade litorânea que aparecem como representativos? As perguntas remetem ao gesto autoral da escolha: entre as múltiplas formas de ser pescador, quais são narradas e quais são descartadas? O pescador de D’Eça é honesto, devoto, diligente e profundamente enraizado na tradição. Segue o autor: “Baixara os olhos: no dedo magro de Marcília a grossa aliança de ouro reluzia. Lembrou-se do batizado de Calinha... das peças de linho que ele vira na casa de João Saibro, uma delas na mesa de café.” (D’Eça. 2008. p. 21) Ele representa, não a diversidade da experiência pesqueira, mas um ideal que serve à construção de uma identidade açoriana estável no detalhe da aliança ou na lembrança dos rituais de iniciação a uma determinada fé, funcional e compatível com os valores nacionalistas do período.

É importante problematizar a função que esse tipo de representação exerce diante da cultura regional. Ao mesmo tempo em que reconhece uma identidade regional, ela estabelece moldes discursivos rígidos, esvaziados de contradições, tensões e multiplicidades. O pescador de D’Eça torna-se um personagem estratégico na tessitura de um imaginário açoriano que serve à ordem, ao patrimônio e à memória coletiva.

A literatura, portanto, não é apenas uma narrativa “sobre” a cultura local, ela é um dispositivo de poder que opera na construção de subjetividades e na delimitação das formas de dizer e existir. Na obra *Homens e Algas*, D’Eça não celebra uma identidade açoriana e sim reinventa essa identidade, em sintonia com os imperativos do discurso oficial. O que está na pauta é o próprio direito à memória e à enunciação – entre o mar e a palavra. Toda tentativa de fixar uma identidade é também uma operação de exclusão, uma escrita de esquecimento. Ou conforme escreve D’Eça (2008. p. 45-46):

Olhei, sem querer, para a frente, ao fim dos cômodos, para a ondulante massa de água que levemente encostava no céu.
- O mar! O senhor mar, tão luminoso... tão repousante... tão bom, heim?
- Bom, ele é, que dá a manutenção pros pobres de Nosso Senhor Jesus Cristo! Assim me falou o velho patrão da baleeira.

A açorianidade funciona como artefato simbólico que oferece coesão à diversidade, estabiliza a memória e, muitas vezes, mascara a multiplicidade real dos sujeitos e das vozes presentes no litoral catarinense¹⁰. A açorianidade literária performada por D’Eça (2008) é

¹⁰ Sobre essa temática, ver Leal (2007). Para o autor, três aspectos centrais caracterizam esses movimentos. Todos

construída a partir de signos recorrentes em sua obra: O mar, os modos de fala, o culto aos santos, as festas, rituais de fé. Entretanto, esses signos não são apenas representação, mas constituição de subjetividades.

Ampliemos essa perspectiva a partir do conceito de Bhabha (1998, p. 11) quando nos apresenta o “Terceiro espaço”. Ou seja, esse lugar híbrido em que diferentes culturas são afetadas por outras, reinventando-se e criando uma outra paisagem cultural. A variação linguística do açoriano que habita o litoral catarinense é marcada por uma língua permeada de oralidade e reconfigurada por práticas modernas. Esse é um exemplo de um espaço ambíguo e, ao mesmo tempo, distante de uma identidade originária e una. Observamos nas comunidades litorâneas catarinenses um conjunto de deslocamentos que estão entre o pertencimento e a alteridade.

A literatura regional da qual nos ocupamos nesse texto – produzida entre os anos 30 e 50 – não pode ser lida como um espelho de uma identidade açoriana “original” (Soltau; Venera; Moraes, 2024). A palavra deixada em registros na história da literatura de Santa Catarina, e presente em livros didáticos dos anos que a sucederam, é uma máquina de subjetivação que opera sobre o tempo, a memória e a fala para instituir modos de ser e de narrar-se.

D’Eça (2008, p. 8, grifo nosso) afirma no prefácio de seu livro: “Não fiz, assim, ficção, porque meu intuito foi gravar, em resumos curtos e secos **verdades vivas e amargas** – que valem muito mais do que os relevos dos frisos e as galas da imaginação”.

A obra *Homens e Algas* expõem a açorianidade, não como uma essência catarinense, mas como uma performance discursiva. A literatura, assim, inscreve-se como um espaço de disputa mesmo que o autor reafirme como “verdade” e não ficção o que deixa como obra literária.

CONSIDERAÇÕES: ENTRE A VOZ E O SILÊNCIO NA LITERATURA COMO PATRIMÔNIO EM DISPUTA

O presente artigo problematiza a ideia de “autenticidade cultural” ao investigar os discursos que configuram a literatura regional produzida em Santa Catarina entre as décadas de 1930 e 1950. Nesse *corpus*, a produção literária emerge como um campo de forças no qual os regimes de saber, práticas de subjetivação e dispositivos de poder se articulam para constituir

eles falam, em primeiro lugar, em nome de grupos definidos a partir de critérios que sublinham a sua singularidade cultural. Em segundo lugar, todos eles procuram fazer dessa singularidade uma fonte de identidade e um motivo de orgulho para o grupo e para os indivíduos que o compõem. A defesa dessa identidade e desse orgulho surge articulada, por fim, com a implementação de uma agenda que tem como objetivo último o reconhecimento político do grupo e de sua singularidade cultural. (Leal, 2007, p. 29).

identidades específicas e, por isso mesmo, disputadas.

A obra *Homens e Algas*, de Othon Gama D'Eça (2008), não apenas tematiza a açorianidade, mas a performa enquanto ficção. A narrativa invoca uma suposta herança histórica, mas essa evocação é atravessada por silenciamentos, exclusões e normatizações. Como prática discursiva, o texto literário não opera apenas como repositório de memórias, mas como mecanismo ativo de produção identitária.

O conceito de dispositivo, desenvolvido por Michel Foucault (1988), permite que compreendamos a literatura regional como uma prática que agrega elementos heterogêneos – discursos, instituições, afetos, normas linguísticas – e contribuem para os processos de subjetivação. A narrativa organiza e redistribui os saberes sobre “Ser Açoriano”, dando outros limites ao sentido de pertencimento.

Em consonância com Albuquerque Júnior (2009), observemos que a identidade regional no Brasil foi historicamente construída por meio de políticas de normalização simbólica, especialmente durante o Estado Novo. O que se apresentava como valorização da cultura local era, muitas vezes, agregado sob o signo do folclórico, pitoresco, regional. São dispositivos que, não apenas expropriam as culturas regionais de sua força expressiva e crítica, como também as submetem à lógica do exótico controlado. Demos anteriormente o exemplo do pescador como personagem “útil” ao discurso em voga.

A esse processo de normatização, soma-se o disciplinamento linguístico promovido pelas instituições escolares, pelos livros didáticos e pela crítica literária. Nesse sentido, a obra de Serafim da Silva Neto (1963) é simbólica. Em *Introdução ao estudo da língua Portuguesa no Brasil*, o autor afirma que a língua portuguesa deve ser defendida contra os “desvios” produzidos pelas variantes regionais. O autor nos alerta sobre os “cuidados” que devem ter sobre a língua e a literatura. Diz ele:

Mas, por outro lado, não nos queiram impor, como padrão e modelo, o falar rústico regional, cuja origem há de buscar-se no tosco linguajar de aborígenes ou de negros recém importados. Esse tipo de falar pode servir de base a uma interessante literatura regional, **mas nunca servirá de expressão e matéria-prima à verdadeira literatura nacional** (Silva Neto, 1963, p.100, grifo nosso).

Essa perspectiva higienista da língua não é neutra. Inscreve-se em um projeto político maior, no qual a unidade nacional se sobrepõem à pluralidade linguística do país. O autor, já na apresentação de sua obra, classifica as variações linguísticas locais como resíduos arcaicos ou elementos degenerativos. Diz Silva Neto (1963, p. 74, grifo nosso): “Procuraremos ver como, no

decorso de quatro séculos, umas linguagens reagiram a outras, sempre no sentido de preponderância **daquela que representa o mais alto e perfeito meio de civilização: o português.**”

Deixa, assim, clara a concepção normativa da língua como uma mostra do que é civilizado. Do que é bárbaro. A patrimonialização linguística, nesses termos, serve à legitimação de uma identidade cultural que se apresenta como originária, natural, mas que nada mais é do que produto de operações disciplinares.

A literatura regional, portanto, deve ser compreendida não apenas em sua dimensão estética, mas também como instância política. Os textos que enunciam o pertencimento açoriano operam como critérios de legitimidade que coincidem, muitas vezes, como os da norma culta. A valorização de determinadas formas de falar, em detrimento de outras, revela um processo de seleção simbólica, no qual a diferença é estetizada, domesticada ou simplesmente excluída.

Esse recorte torna visível o processo de exclusão que recai sobre comunidades originárias, comunidades afrodescendentes e migrantes de outras origens, frequentemente ausentes das narrativas consagradas como patrimônio literário. Concordamos com Spivak (2010), que cunhou o termo “epistemicídio” para denominar esse processo de apagamento das formas outras de saber e enunciação. O presente texto insere-se nesse movimento de escuta dessas ausências para que a literatura regional não funcione como dispositivo de silenciamento, mas como espaço de expressão do múltiplo.

Além disso, a institucionalização da oralidade – quando mediada por políticas públicas – corre o risco de esvaziar sua potência subversiva. O modo de fala dos moradores do litoral catarinense com seus traços fonéticos próprios, muitas vezes, é submetida a ponto de esvaziar sua potência subversiva considerando-se aqui que resiste ao turbilhão do mercado imobiliário e do fluxo turístico. A língua viva acaba por ser uma representação estetizada pronta ao consumo turístico, mas desprovida de sua historicidade.

A paisagem litorânea, os modos de vida dos moradores litorâneos e seus modos de fala compõem cartografias afetivas de uma identidade em constante devir. A partir de Deleuze & Guattari (1995), a literatura é capaz de traçar linhas de fuga, promovendo devires minoritários que escapam a fixações de territórios identitários. A açorianidade torna-se, assim, uma construção discursiva, sempre inacabada, sempre em disputa.

Por fim, esta pesquisa reconhece seus limites: o *corpus* foi composto por uma obra e autor de um período específico da literatura regional, o que delimita o escopo analítico. Ficam em

aberto possibilidades de estudos comparativos com a produção contemporânea e com outras mídias, como o cinema, a música, a moda e o turismo, que também são participantes da reconfiguração da identidade açoriana.

Quando articulamos literatura, linguagem, patrimônio e identidade cultural, consideramos contribuir com os debates contemporâneos sobre patrimônio e os estudos da linguagem enquanto prática política. Para concluir, consideramos identidade como efeito de práticas discursivas e institucionais. A literatura regional, nesse sentido, é ferramenta para a inscrição de memórias, reinvenção de pertencimentos diante de formas normativas que nomeiam o mundo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. *A literatura e a formação do homem*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAHER, A.(org.). *Oral por escrito: a oralidade na ordem da escrita, da retórica à literatura*. Chapecó/SC: Argos; Florianópolis/SC. Ed. UFSC, 2018.

D'EÇA, Othon Gama. *Homens e algas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

DELEUZE, Gilles. *A Dobra: Leibniz e o barroco*. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. Campinas: Papirus, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 21. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, Michel. O que é um dispositivo? In: MOTTA, M.B. (org.) *Ditos e Escritos*. v. II Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 240-251.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.

LAFETÁ, João Luis. *Romantismo e a ideologia liberal*. São Paulo: Ática, 2004.

LEAL, João. *Cultura e identidade açoriana: O movimento açorianista em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Insular, 2007.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologia da palavra*. Tradução de Roxane Rojo. 8. ed. Campinas: Papirus, 1988.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico Teuto-Brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SEVERINO, José Roberto. *Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível*. Itajaí: Editora da Univali, 1999.

SOLTAU, André Marcos Vieira; VENERA, José Isaias; MORAES, Taiza Mara Rauen. Açorianismo: uma imagem sem espelhos? *Revista Confluências Culturais*, Joiville, v. 13, n. 2, p. 68–80, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.21726/rcc.v13i2.2461>. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/2461>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro - MEC. Rio de Janeiro, 1963.

SPIVAK, Garyatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Globo. 1985.

ZIRIMU, Pio. *Orature and literature: some useful distinctions*. Nairobi: East African Literature Bureau, 1971.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção e leitura*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Educ; Belo Horizonte: UFMG, 1993.